



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**CINFORM**

Aracaju – SE, Ano 31, Edição 1648  
10 a 16 de novembro de 2014

ATÉ QUANDO?

## População sofre com matadouro em Zona Urbana e sem higiene

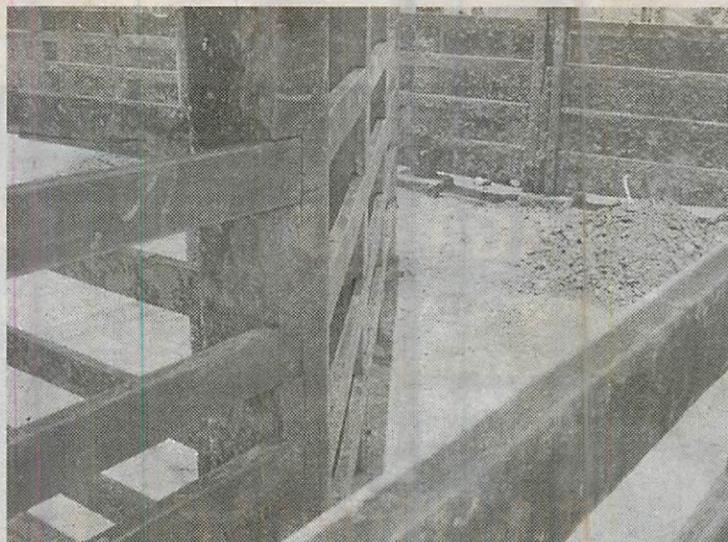
■ Os moradores das ruas que circundam o matadouro municipal de Cristinápolis, Região Sul do Estado, são obrigados a conviver com o mau cheiro e os barulhos incômodos da matança dos animais.

A situação os levou a promover um abaixo-assinado solicitando o fechamento do espaço, que funciona ainda na Zona Urbana da cidade.

Diante disso, o **Ministério Público do Estado - MPE** - exigiu que a Prefeitura de Cristinápolis - e a de Tomar do Geru, há poucos quilômetros dali, também - transfira o matadouro para outro terreno.

Aliás, desde 2011, há uma Ação Civil Pública determinando que ele seja regularizado. Mas até agora o que se vê - e se sente - é a constante sujeira produzida pelo espaço.

“É um mau cheiro terrível. Incomoda até para comer, dormir. É simplesmente insuportável”, define a dona



Fezes e restos de animais fazem parte do cenário

de casa Maria Francisca de Jesus, que mora há três anos na região. “Quando mudei, sabia da existência do matadouro, mas não achei que fosse tão grave”, admite.

### SEM HIGIENE

José dos Santos, que mora há mais de 50 anos nas imediações, confirma. “A rua é tranquila. O que incomoda muito é esse matadouro”, afirma José. Ele, inclusive, é

um dos moradores que foram procurar o prefeito, o padre Raimundo Leal, para solicitar a transferência do espaço.

“A Prefeitura faz outras obras, muitas vezes nem tão urgentes, e não faz essa”, ressalta. A equipe do Cinform teve acesso ao local e constatou que os moradores não exageraram em nada.

Pelo contrário: de perto, a situação é ainda pior. Há fezes, restos de animais,



**Faltam mínimas condições de higiene no local**

utensílios velhos e um mau cheiro que nem litros e mais litros de creolina seriam capazes de tirar.

Mas essa história pode estar perto de ter um fim. Isso porque, inicialmente, a promotora de Justiça Alessandra Pedral de Santana Suzart elaborou um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, que foi assinado pelo prefeito, a fim de que o abatedouro fosse regularizado.

Mas numa nova audiência constatou-se a necessidade de interdição do local. O problema, agora, é a falta de um espaço apropriado para abater os animais.

E como a situação se estende a Tomar do Geru, Umbaúba e Itabaianinha, surgiu a ideia de criar um consórcio para a construção de um matadouro regional, que, segundo Alessandra Pedral, custaria R\$ 4 milhões aos

cofres públicos e atenderia tanto às questões ambientais quanto sanitárias e logísticas.

A construção de um abatedouro regional geraria cerca de 500 empregos na região e melhoraria significativamente o acesso aos cortes de carne mais higiênicos e saudáveis, além de dar mais qualidade de vida para a população. "Estamos esperando isso há muito tempo", afirma José dos Santos. ■